

**Intervenção de S.Ex<sup>a</sup>. o Secretário-Geral do Ministério  
dos Negócios Estrangeiros,  
Embaixador António de Almeida Ribeiro,  
na reunião da Comissão para a Promoção da Qualidade  
de Vida, dos Intercâmbios Humanos e da Cultura  
Comissão de Cultura da Assembleia Parlamentar Euro-  
mediterrânica  
Assembleia da República,  
Lisboa, 30 de janeiro de 2012**

*[Só o texto pronunciado faz fé]*

Senhor Presidente [Deputado Eduardo Cabrita],

Senhora Embaixadora do Reino de Marrocos [Karima Benyaich],

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores Embaixadores,

Ilustres convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grande honra que represento hoje o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros nesta reunião. Com efeito, consideramos que a Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica é um importante fórum de diálogo e cooperação, fundamental na construção de pontes de entendimento mútuo entre as duas margens do Mediterrâneo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Portugal tem uma longa e diversificada História com os países da orla do Mediterrâneo. No entanto, somos por vezes confrontados, em instâncias internacionais, com um certo desconhecimento por parte de alguns dos nossos parceiros relativamente a este nosso passado comum. Não será certamente esse o caso hoje.

Com efeito, Portugal tem conseguido, através da sua política externa, e da ação da sua diplomacia, reforçar os laços geográficos e culturais que nos unem, criando linhas de entendimento e um capital acumulado de conhecimento que nos têm permitido, ao longo dos últimos anos, aprofundar o nosso relacionamento político e económico.

Mas um dos frutos deste reforço de relações é também uma preocupação acrescida com o nosso futuro comum e, muito apropriadamente, dado o nome da comissão a que hoje aqui me dirijo, com a Promoção da Qualidade de Vida, dos Intercâmbios Humanos e da Cultura.

O papel dos jovens neste quadro é absolutamente fundamental. A sua natural vontade de mudança, de crescimento, de uma vida melhor, condizente com as suas ambições pessoais, é um fator fundamental na evolução e desenvolvimento das sociedades. No caso dos países do Mediterrâneo, com uma realidade política ainda em mutação, fruto da “Primavera Árabe”, o papel dos jovens foi, como todos sabemos, em todos os casos, absolutamente determinante.

Quem poderia jamais ter imaginado que um simples incidente com um vendedor ambulante em Tunis, igual a tantos outros nestes países se verificava com frequência, iria ter como consequência uma mudança tão profunda em toda a região, com reflexos em toda a Europa e mesmo no mundo?

Este processo de mudança ainda não terminou e é cedo para perceber qual será o seu sentido final. Julgo, no entanto, que é possível identificar alguns traços comuns a todas estas manifestações populares, pelo menos no início dos respetivos processos: a exigência de regimes democráticos, com eleições livres e justas, respeito pelas liberdades fundamentais, a par da rejeição da corrupção instalada ao mais alto nível do poder e não só, e da exigência de desenvolvimento económico e de uma distribuição mais equitativa da riqueza.

Estas foram e são as aspirações dos jovens do Mediterrâneo – tal como o foram também as aspirações dos Portugueses quando, há mais de três décadas, se deu o 25 de abril.

A onda avassaladora que, desde há praticamente um ano, percorre os países árabes, provocou já mudanças profundas na Tunísia, no Egipto e na Líbia e está a ter um grande impacto na Síria e no Iémen. Os seus efeitos fizeram-se sentir também em Marrocos, onde o reconhecimento destas aspirações pela visão antecipadora de Sua Majestade o Rei Mohamed VI, levou também a mudanças importantes, fruto de um sistema político que

apresentava já uma genuína abertura para as reformas, no qual a evolução se mostrou possível sem sobressaltos.

Já na Argélia, foi a experiência histórica do terrorismo que introduziu nos últimos anos mudanças na própria natureza do sistema político.

Este processo ainda não terminou, mas o anúncio das reformas políticas é revelador da percepção de mais mudanças ainda. Basta, por exemplo, referir a importância do gás argelino para a Europa para vermos como a situação nesse país assume contornos da maior relevância.

É certo que o resultado final destes processos é ainda uma relativa incógnita, mas poderemos estar certos que, desta vez, as mudanças serão profundas e far-se-ão sentir, de forma clara, nos próximos anos. Efetivamente, se parece clara a aspiração dos povos árabes à liberdade e à dignidade, a natureza dos desafios políticos e económicos e sociais introduz uma incógnita sobre o futuro. E esta incógnita constituiu uma novidade na relação de Portugal e também da Europa e do Ocidente com a margem sul do Mediterrâneo.

A estabilidade e previsibilidade que caracterizava a base da relação de Portugal e da Europa com os nossos vizinhos do Sul pode não mais existir nos mesmos moldes que anteriormente vigoravam.

É neste contexto que Portugal, bilateralmente ou enquanto membro da União Europeia, terá também que redefinir as suas relações e prioridades.

A história recente do nosso país permite-nos perceber, talvez com mais facilidade do que a maioria dos nossos parceiros ou aliados, a natureza dos desafios que se colocam, bem como a complexidade das questões em jogo.

Afinal, e como referi há pouco, não foi ainda há muito tempo que teve lugar em Portugal um processo revolucionário que conduziu à democracia em que hoje vivemos. Esta experiência histórica ajudou-nos a definir uma política para a nova realidade a sul que assenta em várias premissas:

1. Em primeiro lugar, cada país tem a sua história e a sua especificidade que determinam a sua evolução;
2. Em segundo lugar, não existe um modelo único de democracia e a Europa não pode nem deve impor soluções; ou melhor, estas sociedades e estas populações não devem sentir que um modelo estereotipado lhes está a ser imposto do exterior, como que pondo em causa a sua dignidade e capacidade para decidir o seu próprio futuro;
3. Finalmente, as escolhas democráticas dos povos e a soberania dos Estados têm de ser respeitadas. Assim, temos que saber conviver com os resultados de eleições livres.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Se é certo que o futuro nos reserva ainda muitas surpresas, é igualmente seguro afirmar que as aspirações dos jovens, beneficiando de um conhecimento privilegiado das novas tecnologias, como vimos, e que saíram à rua no Cairo, em Tunis e em Trípoli, desempenharam um papel fundamental nas mudanças políticas a que acabo de me referir. Assim, estas mesmas aspirações deverão estar no topo das nossas preocupações sobre como atuar nestes novos

tempos que se avizinham, até incentivando cada vez mais o seu envolvimento na definição do seu próprio futuro.

Falamos de uma geração com um acesso facilitado à informação, que utiliza as redes sociais para discutir e mobilizar-se e que tem um elevado grau de exigência social e política. Esta é uma geração que cresceu, contrariamente às anteriores, plenamente integrada num mundo globalizado, marcado por um acesso imediato à informação – seja através do Youtube ou do Facebook, entre outros; por um tempo de reação política que não pode ser medido em semanas ou meses, mas sim em dias ou mesmo horas e por um espaço de discussão pública que não se confina aos limites de uma cidade, mas que se alarga ao ponto de incluir jovens de todos os pontos do globo.

Por outro lado, e contrariamente ao que estamos habituados a observar na Europa, a população jovem constitui, nos países do Mediterrâneo e Norte de África, a maioria da população – 50% tem menos de 15 anos. Não é, pois, surpreendente que o desemprego seja um dos assuntos mais prementes e preocupantes na região.

Estamos, portanto, perante uma população jovem altamente informada e com legítimas aspirações, parte dela com um nível médio e elevado de educação e com legítimas aspirações para o seu futuro, mas que se vê obrigada, perante as realidades políticas e económicas dos seus países, a equacionar a emigração como a alternativa para o seu futuro, procurando a realização dos seus sonhos e ambições noutras partes do Mundo – muitas vezes na orla Norte do Mediterrâneo, quando tal lhes é permitido, o que de resto nem sempre sucede.

É desta realidade que devemos partir quando nos questionamos sobre o futuro desta juventude mediterrânica. Os resultados dos relatórios hoje aqui apresentados ilustram bem, aliás, a diversidade de pontos de vista, bem como a complexidade do que está aqui em causa.

As várias respostas possíveis variarão, certamente, consoante o interlocutor, mas estou convencido que não há como escapar a uma aposta em três frentes:

1. Maior pluralismo político e respeito pelas regras básicas da democracia e dos direitos humanos, que garantam

um elevado nível de participação popular, consentâneo com as aspirações políticas da sociedade civil;

2. Aposta no desenvolvimento económico, através de mais investimento direto estrangeiro e de uma maior diversificação do tecido económico;
3. Necessidade de mais contatos entre as sociedades civis, nomeadamente através de programas de intercâmbio, principalmente no nível universitário.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Se estamos convictos do caminho a seguir, e da absoluta necessidade de não defraudar as expectativas dos jovens do Mediterrâneo, devemos também refletir sobre o que nós na Europa podemos fazer para ajudar neste processo.

A resposta europeia à Primavera árabe teve lugar num contexto institucional diferente. A União Europeia tinha, até à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, três interlocutores principais na cena externa – o Alto Representante, o Comissário para as Relações Externas e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do país da Presidência rotativa. Hoje em dia há um só Alto Representante, apoiado por um

Serviço Europeu para a Ação Externa, que, não sendo um “Ministério dos Negócios Estrangeiros europeu”, é um instrumento chave na prossecução de uma ação externa coerente e eficaz.

A Primavera Árabe pôs à prova estas estruturas. Foi necessário, numa primeira fase, coordenar a resposta europeia aos desafios imediatos, como a proteção dos refugiados e o apoio consular. Mas acima de tudo foi indispensável desenvolver uma resposta coerente e de longo prazo. A União Europeia acordou numa estratégia política e económica que aposta em três vetores principais: boa governação, emprego e juventude. A estas três prioridades corresponderão os meios financeiros necessários para, nomeadamente: **(i)** promover a democracia e o *institution building*; **(ii)** facilitar a mobilidade e os contatos entre as sociedades civis; **(iii)** promover o desenvolvimento económico e a criação de emprego e **(iv)** reforçar a cooperação sectorial, em áreas como a energia e as tecnologias de informação e comunicação.

Estas áreas, que correspondem às ansiedades das populações destes países, são também os domínios em que a Europa tem um claro valor acrescentado: **(i)** o

Programa Erasmus é uma valência única que, se bem aproveitada, pode trazer à região euro-mediterrânica um renovado capital de conhecimento mútuo; (ii) os Acordos de Associação são instrumentos únicos no aprofundamento da cooperação política e económica e (iii) as parcerias de mobilidade são iniciativas que podem ajudar a gerir melhor os fluxos migratórios, reforçando a segurança.

É, pois, neste contexto que se revela a importância da reunião de hoje. O contato entre parlamentares de ambas as orlas do Mediterrâneo, representantes diretos de uma população que anseia por uma renovação política e económica, é uma oportunidade única para reforçar os laços de cooperação e entendimento que se revelarão essenciais na definição do nosso futuro comum. Os processos políticos e económicos que cada país do Mediterrâneo tem pela frente são, como já afirmei, individuais entre si e devem ser conduzidos, naturalmente, pelas suas respetivas populações. Mas a vontade de ajudar, política e economicamente, existe na Europa e também em Portugal. É, pois, com uma mensagem de esperança e com uma renovada vontade de trabalho conjunto que gostaria de terminar esta minha intervenção.

Portugal é um país com uma política externa de vocação universalista, fruto da sua História e dos múltiplos contatos que, ao longo dos séculos, foi estabelecendo com várias regiões do Mundo. Mas se há região onde esses contatos são próximos e fraternos essa região é o Mediterrâneo. Nos últimos anos fomos sendo capazes de reforçar os nossos laços políticos e de aprofundar as nossas relações económicas. Estamos certos que, no futuro, conseguiremos continuar a fazê-lo, promovendo uma maior aproximação entre a Europa e a orla Sul do Mediterrâneo.

Muito obrigado.